

1 **ATA DA QUINQUAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO DA CÂMARA DE ENSINO, PESQUISA E**
2 **EXTENSÃO – CEPE DO IFNMG.** Aos sete dias do mês novembro de dois mil e dezoito,
3 na sala de reuniões da Reitoria, localizada na Rua Professor Monteiro Fonseca, nº 216, 6º
4 andar, Vila Brasília – Montes Claros/MG, realizou-se a reunião da Câmara de Ensino,
5 Pesquisa e Extensão, com início às nove horas e quinze minutos, sob a presidência do
6 pró-reitor de Ensino, **Ricardo Magalhães Dias Cardozo**, e contou com a presença dos
7 seguintes membros: **Vico Mendes Pereira Lima**, substituto, formalmente nomeado, do
8 pró-reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação; **Ângela Gama Dias de Oliva**,
9 substituta, formalmente nomeada, da pró-reitora de Extensão; **Ivy Daniela Monteiro**
10 **Matos e Irã Pinheiro Neiva**, representantes dos diretores de Ensino ou cargo
11 equivalente; **Tatiana Tozzi Martins Silva Rodrigues**, representante dos diretores de
12 Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação ou cargo equivalente; **Romildo Lopes de Oliveira**
13 e **Mário Sérgio Costa Silveira**, representantes dos diretores de Extensão ou cargo
14 equivalente; **André Felipe Gonçalves Gomes**, representante dos discentes; **Elaine**
15 **Cristina Lopes Costa** e **Ramon José Ribeiro da Fonseca**, representantes dos técnicos
16 administrativos; **Yuri Álisson Rodrigues de Oliveira**, representante dos docentes;
17 **Alessandro Fonseca Câmara**, substituto, formalmente nomeado, do diretor do Centro de
18 Referência em Formação e Educação a Distância e **Simone Ferreira Gomes Alkmim**,
19 substituta, formalmente nomeada, da diretora de Assuntos Estudantis e Comunitários. O
20 presidente cumprimentou e agradeceu a presença de todos, disse que sabia do esforço
21 pessoal dos membros para estarem presentes, deixando as atividades nos *campi* para
22 participarem da reunião. Passou os informes sobre a pauta e a previsão de duração da
23 reunião; questionou a câmara se poderiam fazer algumas mudanças na ordem dos itens,
24 mas que, antes da mudança, havia uma solicitação de inclusão de um novo ponto de
25 pauta pela CEAD. O professor Ricardo passou a palavra para a professora Ramony Maria
26 Silva Reis de Oliveira, que informou que o CEAD decidiu fazer uma oferta própria do
27 curso de Informática para Internet, na maioria dos *campi*, exceto para o *Campus*
28 Diamantina; que a coordenadora do curso, a professora Josiane Ferreira Leal, verificou
29 que a matriz curricular necessitava da inclusão de disciplinas, para a modernização do
30 curso, e que também gostariam de aproveitar e trocar a ordem dos módulos. A professora
31 Ramony falou que gostaria de apresentar a proposta na reunião porque previam o início
32 do curso para o mês de dezembro. **Em apreciação, o ponto de pauta foi incluído, por**
33 **unanimidade.** Dando continuidade, o prof. Ricardo informou sobre as alterações na
34 ordem de apresentação dos itens da pauta, agradeceu a presença dos professores
35 Alexandre Petusk e Sérgio Lana e, antes que iniciassem a apresentação, colocou em

36 **apreciação a ata da 55ª Reunião que foi aprovada, por unanimidade, sem**
37 **alterações.** Então o presidente passou a palavra aos professores Sérgio Lana e
38 Alexandre Petusk, para que estes explanassem sobre o **Processo nº 23791.00791/2018-**
39 **41 – Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do curso Técnico em Agropecuária Integrado**
40 **ao Ensino Médio, do *Campus* Teófilo Otoni, item 2 da pauta.** O prof. Alexandre
41 cumprimentou a todos e iniciou a apresentação, dizendo que a proposição de implantação
42 do curso se devia ao fato de a região demandar essa vertente de curso, esse eixo
43 tecnológico. Disse que apresentariam o PPC, que foi construído coletivamente, já com as
44 adequações sugeridas pelos pareceristas. O professor Sérgio deu seguimento, dizendo
45 que o *Campus* Teófilo Otoni estava em processo de transição de eixos, do Eixo Ambiente,
46 Saúde e Segurança para o Eixo Recursos Naturais; que atualmente era ofertado o Curso
47 Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio e que, a partir do ano que vem,
48 pretendiam ofertar o Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio. Apresentou a
49 identificação do curso, que terá a carga horária de 3453 h, incluindo estágio e AACC, na
50 modalidade presencial, forma de oferta integrada, regime anual, ano de oferta 2019, 40 vagas
51 oferecidas, turno de oferta diurno e habilitação final de Técnico em Agropecuária. Falou que
52 mesorregião do Vale do Mucuri é formada pelas microrregiões de Nanuque e Teófilo Otoni, e
53 que a área de abrangência do *Campus* Teófilo Otoni, além da própria cidade, compreende
54 mais 22 municípios, que totalizam uma população absoluta de mais de 410.000 habitantes, de
55 acordo com o censo demográfico de 2016. Que Teófilo Otoni tem a função de polarizar toda
56 essa rede urbana regional, que também extrapola para o sul da Bahia, parte do Espírito Santo
57 e boa parte do Vale do Jequitinhonha, tendo assim uma abrangência significativa, dando ao
58 *campus* uma importância latente para a região. Mas que a mesorregião ainda experimenta
59 condições sociodemográficas típicas das que o centro-sul brasileiro enfrentava em meados do
60 século passado; que dos quinze municípios com pior índice de desenvolvimento humano do
61 estado de Minas Gerais, cinco estão na área de abrangência do *campus*, sendo eles Novo
62 Oriente de Minas, Itaipé, Setubinha, Ladainha e Catuji; que, provavelmente, os outros, com pior
63 IDH do estado, estariam na área de oferta do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais.
64 Então, o papel do campus na região iria além do de atender a realidade de Teófilo Otoni, e sim
65 ter uma consonância de oferta que atendesse os anseios e modificasse a condição regional,
66 considerando que essa é a proposta maior da instituição. E, nesse contexto, a agropecuária
67 tem um papel econômico muito importante na região; se observarem a economia dos
68 municípios, a agropecuária é fator preponderante, e isso fica nítido quando se vê os dados do
69 rebanho bovino do estado de Minas Gerais, especialmente da mesorregião do Vale Mucuri.
70 Como exemplo, o município de Carlos Chagas, que possui um rebanho bovino maior que sua

71 população, o que demonstra a importância que a atividade econômica desempenha na região.
72 Além disso a região foi e é considerada berço de melhoramento genético de diversas raças,
73 conhecimento disponível, mas que talvez não seja tão divulgado, sendo Teófilo Otoni uma
74 verdadeira bacia leiteira, na qual oito produtores rurais, juntos, produzem mais de 200 mil litros
75 de leite diariamente. A região possui agroindústrias de processamento, associadas a frigoríficos
76 e laticínios. No entanto, esse modelo de apropriação não se deu de maneira sustentável,
77 gerando um passivo ambiental, que fica nítido na paisagem local. Assim, é necessário pensar
78 alternativas, não apenas para que o pequeno produtor rural possa ter sustentabilidade
79 econômica, mas também pensando na questão ambiental. O prof. Sérgio acrescentou que, por
80 esse motivo, a proposta do curso possui um viés agroecológico, ao tentar recuperar esse
81 passivo ambiental promovido pelo modelo tradicional e disseminar práticas conservacionistas.
82 Falou ainda que, como a proposta era de implantar um curso de ensino médio integrado,
83 teriam que pensar realmente em um núcleo integrador, e que, neste sentido, duas questões
84 foram colocadas e discutidas no *Campus* Teófilo Otoni: primeira, se coletivamente seria
85 possível propor um projeto integrador, que, de fato, tivesse o DNA do *campus*; segunda, como,
86 de fato, fazer uma proposta de ensino médio integrado, e colocá-la efetivamente em prática.
87 Desde então, vinham participando de visitas técnicas, de debates, de contribuições na
88 aproximação com a Reitoria e discussões internas, visando construir um projeto de núcleo
89 integrador, que aproxima o núcleo comum da área técnica, e que traduz a proposta de ensino
90 médio integrado. Com isso, conseguiram chegar à matriz curricular que estava sendo
91 apresentada, na qual a base nacional comum permanecia basicamente da mesma forma,
92 apenas com uma alteração na carga horária da disciplina Geografia, que foi reduzida, no 3º
93 ano da formação, o que seria justificado pelo núcleo integrador, levando em consideração a
94 realidade do *Campus* Teófilo Otoni. Teve, como fonte de inspiração, projetos já aprovados pela
95 Câmara, como o do *Campus* Diamantina e as atualizações do PPC do *Campus* Almenara, que
96 deram suporte à construção da proposta. Então, a proposta do núcleo integrador é de ofertar
97 uma disciplina no 1º e no 2º ano e duas no 3º ano da formação. Compõem o núcleo integrador
98 sete disciplinas: Arte e Cultura, Informática Básica, Educação Política, Empreendedorismo,
99 Saúde e Segurança do Trabalhador Rural, Sala do Conhecimento e Projetos Técnicos
100 Integradores, com cargas horárias entre 80 e 120 horas, sendo que as cinco primeiras serão
101 ofertadas no 1º ou 2º ano da formação, de forma optativa. Na primeira semana de aula, o
102 coordenador do curso, com o núcleo pedagógico e os professores responsáveis pelas
103 disciplinas farão a apresentação das ementas e das especificidades pedagógicas de cada
104 uma. Os alunos, de posse dessas informações, farão uma votação, e a maioria simples definirá
105 a disciplina que será ofertada para todos os alunos matriculados naquela série do curso. A

106 respeito do 3º ano, duas disciplinas: Sala do Conhecimento, que tem objetivo de aproximar a
107 área técnica e núcleo comum de temáticas que envolvem o Exame Nacional do Ensino Médio
108 (ENEM) e vestibulares seriados; e Projetos Técnicos Integradores, que são propostas
109 associadas à parte técnica da formação. O prof. Sérgio disse ainda que, na primeira versão do
110 projeto encaminhado, havia a obrigatoriedade de matrícula dos alunos nas duas disciplinas,
111 mas que, levando em consideração a sugestão dos pareceristas, foram feitas algumas
112 alterações, como ampliação da carga horária, de 80 para 120 horas, da disciplina Sala do
113 Conhecimento e a descrição, na ementa, de quais partes das disciplinas técnicas poderiam
114 contribuir para cada uma das disciplinas do núcleo comum. Deu, como exemplo, a disciplina
115 Geografia, que teve sua carga horária reduzida no 3º ano, para que o docente pudesse se
116 dedicar, com outros professores, sobretudo da área técnica, a temas que são correlatos. O
117 prof. Sérgio continuou com exemplos de temáticas que demonstram a possibilidade de
118 trabalhar temas correlatos em disciplinas diferentes. Acrescentou que a disciplina Sala do
119 Conhecimento passou a ser optativa e que Projetos Técnicos Integradores, obrigatória; que a
120 proposta pedagógica foi pensada de modo que o aluno tivesse uma carga horária flexível e, no
121 mínimo, duas tardes livres, o que gera a necessidade de implantação do 5º horário no *campus*.
122 O professor Alexandre continuou a apresentação falando das disciplinas da área técnica.
123 Disse que, no 3º ano, a carga horária será menor, pensando justamente nas disciplinas do
124 núcleo técnico integrador. Apresentou o quadro explicativo da matriz curricular, o corpo
125 docente, as instalações e equipamentos que o *campus* possui, e as parcerias que suprirão o
126 que o *campus* ainda não possui, que darão condições de formar o aluno na prática. Disse que
127 já havia feito algumas alterações, por sugestão dos pareceristas e, após o ateste, adequação
128 na estrutura curricular, no estágio, no perfil do corpo técnico, nas instalações e equipamentos, e
129 que houve uma solicitação que fizeram questão de atender, que era colocar o corpo técnico e
130 o corpo docente no futuro. Ressaltou que hoje já era possível rodar o curso com o corpo
131 docente que o *campus* possui. O prof. Alexandre agradeceu a atenção de todos e disse que
132 estavam abertos à discussão e sugestões. O presidente agradeceu os professores Alexandre e
133 Sérgio pela apresentação. O prof. Yuri pediu a palavra, parabenizou os professores pela
134 apresentação e disse que tinha duas considerações a fazer. A primeira era uma questão que já
135 havia sido abordada, quando estavam tratando de um assunto que era comum a todos, que
136 está em discussão atualmente na instituição: a Portaria SETEC Nº 17, de 11 de maio de 2016 .
137 Que tentassem olhar, com extremo cuidado, a oferta de disciplinas com uma única aula
138 semanal, para que o docente que for assumi-las não tenha um número muito grande de
139 turmas, levando em consideração que a Portaria 17, possibilita até 24 aulas semanais. Nessa
140 situação, o docente com 24 aulas semanais teria 24 turmas, o que seria desgastante. E uma

141 das maneiras de escapar dessa situação seria evitar a oferta de disciplinas com apenas uma
142 aula semanal. O professor também disse que havia notado que duas disciplinas, Biologia e
143 Geografia, no 3º ano, estavam sendo ofertadas em uma única aula semanal, gerando uma
144 preocupação futura com relação ao número de aulas previsto na portaria. Sugeriu ao *campus*
145 estudar a possibilidade de ofertar essas disciplinas com três aulas no 2º ano e abrir espaço
146 para uma disciplina técnica no 3º ano, a fim de evitar essa situação, pois o docente fica
147 sobrecarregado nessas circunstâncias. A segunda consideração seria uma sugestão, diante do
148 que foi apresentado pelo *Campus* Almenara na última reunião, de deslocar algumas disciplinas
149 propedêuticas do 1º ano, divididas no 2º e 3º ano, o que foi interessante para o curso que
150 estavam ofertando. E, como havia observado a carga horária de Matemática bem elevada, e
151 normalmente os alunos ingressantes apresentam deficiência na disciplina, seria interessante
152 estudar a possibilidade de deslocar a oferta da disciplina Física, do 1º para o 2º ano, e pegar
153 uma disciplina técnica do 2º ano e encaixar no 1º ano. Assim, o aluno que ingressar no 2º ano,
154 ao cursar Física, já terá uma base matemática maior. Em seguida, Vico parabenizou
155 o *campus* pela apresentação e relatou que ficou com algumas dúvidas: o *campus*
156 pretendia encerrar o Curso Técnico em Meio Ambiente ou esse curso funcionaria junto
157 com o Técnico em Agropecuária? Como estava o panorama do *campus*, com relação a
158 distribuição de professores? Os eixos teriam que mudar para que pudessem ofertar o
159 Curso Técnico em Agropecuária? O professor Sérgio Lana respondeu os
160 questionamentos, dizendo que a oferta no eixo era Ambiente, Saúde e Segurança, que já
161 vinha ofertando o Técnico em Meio Ambiente na modalidade concomitante/subsequente
162 e, no ano passado, fizeram a proposta de abertura do Curso Técnico em Meio Ambiente
163 integrado. Que já era uma condição regional de implantação do *campus* a oferta da
164 Agropecuária, porém, não tinham condições técnicas naquele período, e, nesse ínterim,
165 um dos professores de Meio Ambiente e de Engenharia Ambiental foi redistribuído; nessa
166 fragilidade, encontraram uma possibilidade, e a transição seria uma das melhores
167 situações naquele momento. Então, a oferta do Curso Técnico em Meio Ambiente seria
168 temporariamente suspensa. Acrescentou que hoje o que impede a abertura de novos
169 cursos integrados em Teófilo Otoni não é a disponibilidade de área técnica, e sim, a carga
170 horária da formação geral, mas que, por exemplo, no caso de uma situação, como
171 colocada na Portaria 17, os professores da formação geral teriam condições de
172 assumirem três cursos diferente de integrado. A turma que ingressou no Técnico em Meio
173 Ambiente, no ano passado, vai continuar normalmente e, a partir do ano que vem, a oferta
174 será de Agropecuária. Contudo, existindo a possibilidade, o curso de Meio Ambiente
175 poderá ser reativado no futuro, levando em consideração a chegada de novos docentes

176 ou a condição que está sendo colocada a partir do regulamento. O professor Vico
177 questionou se foi realizado um planejamento de distribuição de carga horaria de
178 professores, tanto nesse período de transição, que deve onerar a estrutura e os recursos
179 humanos, quanto no período posterior a essa transição. O professor Alexandre falou que
180 a transição não haverá impacto, já que não entrará uma nova turma de Meio Ambiente. O
181 prof. Vico acrescentou que tem a situação de alunos que não conseguem progredir e
182 instituição continua tendo que ofertar a disciplina. Sérgio Lana falou que sobre essa
183 situação, que já estava sendo pensada, junto à direção de ensino, e que era bem provável
184 que, num futuro próximo, apresentariam à CEPE uma proposta de adequação do PPC de
185 Meio Ambiente, justamente para prever esses casos e situações. Isso estava sendo
186 dialogado junto à coordenação de Ensino, coordenação de curso e núcleo pedagógico,
187 para verificar como o aluno poderia completar, com sucesso, a carga horária prevista no
188 PPC. O prof. Ricardo acrescentou que, com relação à questão docente, o *Campus* Teófilo
189 Otoni havia recebido cinco vagas: uma foi para o processo de remoção, porém, não
190 houve interessados, e que, possivelmente, o provimento será realizado por redistribuição,
191 para um professor na área de agronomia ou fitotecnia, para fortalecer o quadro da
192 agropecuária. Já a vaga do professor Lucas Ferrari só poderá ser provida em 2020, e a
193 ideia é trazer alguém da área de produção animal, um zootecnista ou um médico
194 veterinário. Que, em conversa com os professores Thiago Silva Miranda e Renildo Ismael
195 Félix da Costa, havia um planejamento neste sentido. A servidora Elaine pediu a palavra,
196 parabenizou o *campus* pela proposta do curso e falou que ficou preocupada quando não
197 localizou Arte e Cultura na matriz, mas que depois tinha visto que aparece no quadro de
198 disciplinas integradoras, e que o fato de, na matriz, aparecer disciplina 1, 2, 3 e projetos
199 integradores não deixa claro qual disciplina será ofertada; que não achava razoável a
200 justificativa de não ter professores da área, para não ofertar a disciplina; que é mais
201 interessante buscar o docente do que excluir a disciplina; que entendia, perfeitamente, do
202 ponto de vista de gestão, mas que não enxergava esse fato como uma saída razoável, do
203 ponto de vista pedagógico; que não via a necessidade de discutir a importância da Arte e
204 o porquê de sua existência; que o *campus* podia argumentar que a disciplina seria
205 oferecida com disciplina do núcleo integrador, mas que não via sincronia desse núcleo
206 com a matriz curricular, o que dá margem para discricionariedade em ofertar, ou não,
207 Artes. A servidora Elaine disse ainda que observou que um dos pareceristas tinha
208 apontado que o núcleo docente seria insuficiente e, neste sentido, fez os seguintes
209 questionamentos: o núcleo é, de fato, insuficiente? O nível dessa insuficiência atrapalha,
210 de alguma maneira, o curso? Então, o professor Sérgio Lana pediu desculpas pela disciplina

211 de Artes não ter sido incluída na primeira versão do PPC encaminhada para análise e
212 apresentou nova matriz, na qual Artes consta como disciplina do núcleo comum. A disciplina é
213 obrigatória na formação curricular, bem como pode ser escolhida pelos discentes na oferta do
214 núcleo integrador. O professor Alexandre justificou que o ajuste foi realizado após o ateste e,
215 por esse motivo, os membros não tiveram acesso. Com relação ao questionamento da
216 insuficiência de professores, Sérgio Lana disse que atualmente o núcleo docente do eixo
217 Recursos Naturais é formado por dois professores da área técnica e dois do núcleo comum,
218 mas que havia a previsão de chegada de um professor, no início do ano, para atuar na área da
219 fitotecnia, com formação técnica compatível com a agroecologia, e também de um professor da
220 área animal; assim, quatro professores da área técnica seriam suficientes, em termos de
221 organização e planejamento, para a envergadura técnica que estava sendo proposta. A
222 representante Elaine questionou se a disciplina Educação Política contemplava aspectos da
223 Filosofia e Sociologia. O prof. Ricardo informou que, na página 101, havia a ementa da
224 disciplina, e que achava que a parte da Filosofia e da Sociologia que trata de política estava
225 bem exposta. Sobre os questionamentos levantados, disse que receberam o PPC em um
226 prazo restrito e que, nesta situação, a Pró-Reitoria tem duas opções: deixa a proposta
227 para o próximo ano ou faz-se um sacrifício interno, entre a Pró-Reitoria e o *campus*, para
228 que o projeto possa ser apreciado pelos órgãos colegiados e, se for o caso, implantado no
229 ano seguinte. E, neste caso, ocorreu uma situação ainda mais grave, que era a mudança
230 de eixo. Por esse motivo, o tempo ficou bastante apertado. Falou que a questão da Arte é
231 categórica, pois está na lei: Filosofia, Sociologia, Arte e Educação Física são conteúdos
232 curriculares obrigatórios. Em relação à Educação Política, ponderou que, por mais que a
233 perspectiva do próximo governo não demonstre que seja vinculado a práticas de
234 educação libertárias, se chegar ao ponto de interferir em um PPC, entende que a
235 instituição deve resistir, mas que, até então, existe a autonomia didático-pedagógica.
236 Falou ainda que ficava muito feliz porque estavam criando um movimento institucional
237 visando à integração curricular, pois os projetos de criação e de reestruturação de cursos
238 que vêm sendo apresentados caminham neste sentido, o que dá uma condição real de
239 redução da carga horária sem perda de qualidade. O prof. Vico pediu a palavra, ponderou
240 que ficava preocupado com algumas questões de estabilidade, porque o ritmo em que as
241 coisas estavam acontecendo, em curto espaço-tempo, não permitia elaborar isso de uma
242 forma mais consistente, levando em consideração que, recentemente, a CEPE julgava o Curso
243 Integrado em Meio Ambiente, o qual estava sendo interrompido para a entrada do Integrado
244 em Agropecuária. E que, enquanto Câmara, seria da posição de manterem a proposta, até
245 terem dados que comprovassem que não deu certo e que precisavam mudar, informações

246 concretas que possibilitassem fazer a mudança, com a segurança de que terão resultados
247 mais palpáveis no futuro. Que não era contra, mas que estava fazendo uma reflexão em razão
248 do pouco tempo, dessa frequência de apresentação de projetos de mudanças e alterações.
249 Que achava que esses projetos vinham pouco embasados numericamente, sobre o que, de
250 fato, acontece no *campus* e quais são os motivos da mudança. O prof. Ricardo falou que era
251 fundamental o diálogo que o prof. Vico estava promovendo, que não era regra, que estavam
252 trabalhando com um exceção absoluta, que não se lembrava de ter passado, pela Câmara,
253 nenhum projeto de mudança de curso antes de ter finalizado, pelo menos, um ciclo, que
254 poderia estar enganado, mas não tinha esse registro. Que as reestruturações que vem sendo
255 apresentadas são de cursos que estão em andamento, no intuito de trabalhar na lógica da
256 integração curricular. E que, devido à autonomia com que a instituição trabalha, fica difícil para
257 a Pró-Reitoria intervir; que acha importante ouvir o *campus*, quais as razões que o levaram a
258 ofertar num ano o Curso Técnico em Meio Ambiente, e, posteriormente, entender que este não
259 era mais o caminho adequado, optar pela suspensão da oferta e investir na implantação do
260 Curso Técnico em Agropecuária, no eixo Recursos Naturais. Que, por mais que haja o diálogo,
261 a decisão é do *campus*. O prof. Vico disse que julgava a adoção de um procedimento técnico:
262 como deixarão de ofertar, no próximo ano, é necessário que apresentem um pedido de não
263 oferta, que será julgado pela Câmara, pois precisa da aprovação da CEPE e de outras
264 instâncias para que isso ocorra. O prof. Sérgio disse que, com certeza, voltariam para
265 apresentar alterações no PPC de Meio Ambiente, justamente para ver quais seriam os
266 mecanismos de acompanhamento da turma já em funcionamento, mas que, no primeiro
267 instante, precisariam da certeza de aprovação do Curso Técnico em Agropecuária para o
268 próximo passo. Solicitou que Renildo apresentasse melhor a proposta de mudança de eixo.
269 Antes, o prof. Alexandre acrescentou que, com a redistribuição do professor Lucas, da
270 engenharia ambiental, que dava um suporte para continuidade do eixo Meio Ambiente e Saúde
271 e com o a vinda de um professor de agronomia, esses pontos foram discutidos dentro do
272 *campus*, em umas oito assembleias, e foram levantados os mesmos questionamentos, e, na
273 última assembleia, o grupo de professores presente se convenceu que, verificando o corpo
274 técnico, a região já tinha condições de receber um Curso Técnico em Agropecuária. Além
275 disso, quando foi realizada a audiência pública para implantação do *campus*, o curso surgiu
276 como uma demanda da sociedade. Isso deu embasamento para que a decisão fosse tomada
277 neste momento, que, na visão do *campus*, é uma direção correta a ser tomada. Renildo disse
278 então que a necessidade de mudança de eixo ocorreu devido à redistribuição de um professor
279 da área e às oportunidades de parcerias que estão surgindo, como é o caso da EPAMIG; que o
280 *campus* já tinha o intuito de ofertar o Curso de Agropecuária, mas que, até então, não tinha

281 sido factível, sendo o momento atual considerado como oportuno, pois hoje o *campus* possui
282 condições de implementar o curso. Falou ainda do desafio de tocar um *campus* com 23
283 professores, quando a previsão é de 60, o que gerava a necessidade de fazer esse ajuste,
284 para que o *campus* continue trabalhando. Com a palavra, o prof. Mário Sérgio disse que iria
285 fazer um questionamento, talvez uma sugestão ao prof. Sérgio Lana, pois, no *Campus* Montes
286 Claros, estavam fazendo uma reestruturação do Curso Técnico em Química integrado e a
287 carga horária foi organizada de modo que, no 3º ano, não haja aula de Geografia, organizando
288 da seguinte maneira: o 1º ano com três horários e o 2º ano com dois, dando condições ao
289 último ano de conseguir cumprir atividades complementares, fazer estágio, ter vida social e
290 prestar vestibular. Então, a organização da carga horária do 3º ano foi pensada de modo que
291 os alunos tenham aula apenas no período da manhã, ficando livres na parte da tarde. Então,
292 Mário Sérgio questionou: seria possível retirar carga horária do 3º ano, de modo que os alunos
293 tenham mais disponibilidade para cumprirem o estágio e atividades complementares, talvez
294 aumentando a carga horária do 1º e 2º ano, para deixar um espaço maior no 3º? Sérgio Lana
295 disse que já foi um grande avanço a tentativa de redução da carga horária do núcleo comum
296 no 3º ano, pois nem todo professor está aberto a essa redução, sobretudo, num contexto de
297 necessidade de o professor cumprir a carga horária, conforme prevê a Portaria nº 17, mas, se
298 fizessem essa adequação, tirando Geografia, ou qualquer outra disciplina do núcleo comum,
299 do 3º ano, trazendo para o 1º e para 2º, ampliariam, consideravelmente, a quantidade de aulas
300 por semana, o que inviabiliza a proposta de ter, no mínimo, duas tardes livres, para que o aluno
301 possa socializar-se após o Instituto Federal. Que, com essa configuração, já teriam uma
302 condição melhor, em termos de carga horária, para o aluno do 3º ano, apesar de não ser
303 cenário ideal ainda, mas acreditava que ele teria condições de ter, no mínimo, três tardes
304 livres. O prof. Ricardo perguntou se o cenário fosse de três aulas de Geografia no 2º ano e três
305 aulas de História no 3º. O prof. Sérgio Lana disse que fizeram isso com Filosofia e Sociologia,
306 que o professor se predispôs a concentrar tudo em um ano da formação, ao invés de ter uma
307 carga horária em cada ano; mas o professor de História não foi adepto dessa ideia. Que teriam
308 que trabalhar, efetivamente, como o professor se dispõe a participar, por exemplo, de uma sala
309 do conhecimento. Que essa falsa redução da carga horária da Geografia no 3º ano está
310 sendo contemplada no núcleo integrador, na sala do conhecimento. Mário Sérgio disse que
311 havia entendido, mas que a sua colocação era sondar o máximo de possibilidades de uma
312 situação específica, que era em relação ao estágio, que, no caso do Técnico em Informática,
313 era um pouco mais flexível, com a possibilidade do teletrabalho. Contudo, no Curso Técnico
314 em Química não seria possível e acreditava que o Técnico em Agropecuária fosse
315 semelhante. E que haviam percebido que os alunos não tinham estágio, faziam uma coisa que

316 chamam por estágio, mas que, infelizmente, eram obrigados a aceitar, porque, se não
317 aceitarem, o aluno não conclui, pode evadir, entre outras coisas nesse sentido. E, ainda, que
318 várias empresas falaram que o IFNMG-*Campus* Montes Claros era a única instituição na
319 cidade que oferecia o Técnico em Química e que elas precisavam de estagiários desse curso,
320 mas que, quando os professores falam que os alunos têm apenas duas tardes livres, elas não
321 se interessam. Eles querem contratar um estagiário por, no mínimo, 30 horas. Disse que
322 estava colocando situações que passaram e têm passado, pois, como o *Campus* Teófilo Otoni
323 estava abrindo o curso agora, eles ainda não têm uma noção exata/prática de como vai ser a
324 lida com esses alunos na questão do mercado de trabalho. E que talvez fosse interessante
325 tentarem realizar, pensando nesses empasses, principalmente no caso de Agropecuária, que
326 provavelmente será desenvolvido em uma propriedade ou numa agroindústria. Que foi uma
327 realidade que passaram em Montes Claros e que eles poderiam enfrentar em Teófilo Otoni. O
328 prof. Sérgio Lana disse que a realidade que ele tinha era da vivência em Almenara, dos cursos
329 da área de agrárias, todos com estágio obrigatório, e os alunos faziam estágio nas tardes
330 livres, sobretudo, no período de férias. Que acreditava que o estágio é essencial para o Curso
331 Técnico em Agropecuária, tanto que foi colocada a proposta de defesa desse relatório de
332 estágio, com uma banca a ser constituída pela coordenação de curso, justamente para evitar
333 situações em que o aluno coloca qualquer tipo de informação no documento e o apresenta,
334 como se fosse um relatório de estágio. Então, o prof. Ricardo questionou Mario Sérgio sobre
335 como havia ficado a carga horária do 1º e 2º ano, para eles conseguirem ficar sem aula todas
336 as tardes do 3º. O prof. Mário respondeu que esta havia ficado um pouco elevada, mas que
337 nem todas as manhãs e tardes teriam aula, que havia a vantagem da fusão de disciplinas, que
338 o 2º ano do Curso Técnico em Química, no currículo atual, tem 21 disciplinas, e, na proposta,
339 passou a 14; a carga horária ficou parecida com a que é hoje, só que com 14 disciplinas, o
340 que reduz o desgaste do aluno, ao se preparar para um número elevado de provas em um
341 curto espaço de tempo. O prof. Ricardo ponderou que, nas propostas de ensino médio
342 integrado com carga horária de 3800 horas, sempre a comunidade vai fazer uma escolha; que
343 a escolha do *Campus* Montes Claros é voltada para uma cidade polo, que tem condições de
344 empregar boa parte dos alunos que se formam, o que não é a realidade de boa parte dos
345 outros *campi*, que estão em cidades menores com perspectivas pequenas de ingresso
346 imediato no mundo de trabalho. Que ficava pensando que, para ponderar uma proposta como
347 a do *Campus* Montes Claros, no 1º ano a carga horária é alta e esse seria o momento em que
348 deveria ser mais baixa. Que, se for avaliar, pedagogicamente, é o período no qual o aluno
349 chega mais fragilizado; que a realidade do *Campus* Montes Claros pode ser diferente, por ter
350 uma seleção muito mais pesada, devido à concorrência, e, talvez, o aluno que entra no

351 *campus* chegasse com um nível de aprendizagem mais alto, não tendo tanta dificuldade como
352 teria um aluno de Almenara ou de Teófilo Otoni, por exemplo. E que, diante dos relatos das
353 diferentes realidades e situações, tinha certeza de que não há condições de unificar, e sim
354 aproveitar o melhor que cada unidade traz. Cada *campus* vai ter que trabalhar com a diretriz da
355 integração curricular, mas cada um fará isso dentro da sua realidade. O prof. Ricardo passou a
356 palavra para o membro Irã, que disse que não tinha observado no projeto se o *Campus* Teófilo
357 Otoni já tinha um núcleo de produção, com servidores técnico-administrativos formados na
358 área, seja zootecnistas ou agrônomos, de quem, possivelmente, precisarão, para contribuir na
359 implementação de algumas unidades produtivas, facilitar a execução de trabalhos práticos e o
360 acompanhamento de atividades de estágio com os alunos, porque isso fortalece muito os
361 cursos dessas áreas, pois esses profissionais atuam como um norte nessa estruturação. O
362 professor Alexandre respondeu que eles têm um engenheiro agrônomo concursado, que já os
363 auxiliava, e uma técnica em laboratório de química, que possui formação em engenharia
364 florestal, que também colabora por ter formação na área. **Em apreciação, o item 2 da pauta**
365 **foi aprovado, por unanimidade e será encaminhado à apreciação do Colégio de**
366 **Dirigentes e do Conselho Superior.** Dando continuidade, a prof.^a Ramony Maria da Silva
367 Reis Oliveira iniciou a apresentação do ponto de pauta da EAD, que trata da
368 **Reestruturação do Curso Técnico Informática para Internet a distância.** Ela apresentou a
369 proposta de reestruturação, demonstrando algumas supressões e acréscimos de disciplinas,
370 que tornam o curso mais atual. Disse que foram incluídas as disciplinas Português
371 Instrumental, Inglês Instrumental, Aplicativos para Dispositivos Móveis e Libras. O professor
372 Mário Sérgio questionou se estava sendo trabalhado o empreendedorismo ao longo de todas
373 as disciplinas. A prof.^a Ramony explicou que a disciplina Prática de Formação, presente em
374 todos os módulos do curso, aborda o tema empreendedorismo, e que o Núcleo de Cidadania
375 também trabalha o assunto. **Em apreciação, o item foi aprovado por unanimidade.** Em
376 sequência o **Processo nº 23395.001332/2018-58 – Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do**
377 **Curso Técnico Integrado em Sistemas de Energia Renovável – Campus Pirapora,** item 3
378 da pauta. O professor Wallace Magalhães Trindade iniciou sua fala, apresentando a área de
379 abrangência do *Campus* Pirapora, que atende dez municípios, com população aproximada de
380 160.000 habitantes. Apresentou os eixos tecnológicos do *campus*, sendo Gestão de Negócios,
381 Infraestrutura, Informação e Comunicação e Ambiente, Saúde e Segurança. Disse que destes,
382 apenas o último ainda não alcançou a verticalização. Falou que a proposta de implantação do
383 curso inaugura um novo eixo, que houve esforços de todas as áreas para propor a implantação
384 do Curso de Energias Renováveis. Que a proposição surgiu do desejo de ofertarem mais
385 cursos integrados. Mas que, levando em consideração a limitação de corpo docente, seria

386 pouco provável que conseguissem criar um eixo que fosse totalmente isento dos que já
387 existem no *campus*. Então buscaram, dentro do catálogo de cursos técnicos, considerando os
388 arranjos produtivos locais, um curso que poderia ter a atuação dos docentes dos eixos já
389 implantados. Por esse motivo, a proposta é de um curso multidisciplinar, com atuação dos
390 professores da área de Gestão de Negócios, Infraestrutura, Ambiente, Saúde e Segurança e
391 Informação e Comunicação. Que a ideia de inovação, no curso integrado, também decorreu da
392 necessidade de cumprir a legislação. Apresentou a projeção discente 2019 – 2022 e disse que
393 também foi realizada a projeção de aulas por docente, observando a Portaria nº 17. Disse que
394 Pirapora tem por volta de 55.000 habitantes, sendo que o setor de serviços e, evidentemente, o
395 de pequenas e médias empresas, depois da indústria, são os que mais empregam. Falou da
396 localização da cidade que, assim como boa parte do norte de Minas, apresenta ótimas
397 condições para produção de energia fotovoltaica. Que a maior usina de energia fotovoltaica
398 da América Latina está implantada na cidade, em cinco usinas. E que outro fator que os
399 levou a proporem o Curso em Sistemas de Energia Renovável foi a logística da cidade, tanto
400 no que se refere a transportes, como na transmissão de energia. Continuou sua fala,
401 apresentando a estrutura curricular do curso, cujo eixo tecnológico é Controle e Processos
402 Industriais, como carga horária total de 3.300 horas, ofertado na forma integrada, com
403 implantação em 2019, oferta diurna, regime anual, com previsão de 32 vagas. Apresentou a
404 matriz curricular do curso, disse que a parte propedêutica permaneceu praticamente inalterada,
405 com proposta de aulas apenas no período matutino, exceto num dia, devido à aula de
406 Educação Física, que ocorrerá em um sexto horário. Continuou, demonstrando os ajustes nas
407 disciplinas, explanou os objetivos do curso, a justificativa, o perfil profissional, o campo de
408 atuação e a infraestrutura disponível no *campus*. Por fim, salientou que o setor de energia
409 renovável está em franca expansão e, por isso, a oportunidade de abrir um curso na área. O
410 professor Yuri parabenizou o *campus* pela proposta e realizou algumas considerações a
411 respeito da distribuição de algumas disciplinas do projeto curricular. Questionou se haveria a
412 possibilidade das disciplinas de Filosofia e Sociologia serem lecionadas em 2 horas e não ter a
413 divisão prevista na matriz, pois não via a necessidade de dividir e achava melhor colocar essas
414 disciplinas em uma série só. Outra observação foi a respeito das disciplinas de Eletricidade e
415 Eletrônica Básica serem ofertadas na 1ª série do curso, pois o aluno teria contato com os
416 circuitos eletrônicos, ao mesmo tempo ou antes, da teoria da Eletricidade. Diante disto, o prof.
417 Yuri questionou se a Eletrônica Básica poderia ser ofertada após a Eletricidade. E sugeriu que
418 a disciplina Fundamentos de Energia Solar Fotovoltaica e Eólica fosse ofertada no 1º ano, e
419 Eletrônica Básica no 2º. Ao final de sua fala, o prof. Yuri disse que o tema Energias Renováveis
420 era muito importante e salientou o potencial do setor. Respondendo aos questionamentos do

421 prof. Yuri, o professor Wallace disse que achava totalmente possível levar as propostas de
422 ajustes nas disciplinas para o *campus* e discutir as alterações. O prof. Mário Sérgio questionou
423 como havia ficado a carga horária do último ano do curso. O prof. Wallace disse que a
424 proposta visa deixar todas as tardes livres. Em seguida, o prof. Vico Mendes questionou a
425 respeito dos convênios que *campus* possuía. O professor Wallace disse que ainda não havia
426 convênios realizados, e citou as possíveis possibilidades. **Em apreciação, o item 3 da pauta**
427 **foi aprovado por unanimidade.** Em sequência, passou-se para o **item 7 da pauta, Processo**
428 **nº 23414.004172/2018-23 – Orientação de Registro de Projeto de Assistência e Apoio ao**
429 **Educando e de Ações Inclusivas.** A servidora Danielle Christine Leite Pimenta falou que a
430 orientação surgiu da necessidade de os *campi* registrarem seus projetos, pois existem ações
431 que não se encaixam nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. E, com a preocupação
432 em ter um controle das ações que estão sendo realizadas dentro dos *campi*, a DAEC assumiu
433 a responsabilidade de acompanhar e registrar esses projetos. Os registros são de programas,
434 projetos, cursos e eventos que tenham, como foco, a assistência estudantil, ações afirmativas e
435 protagonismo estudantil, voltados para a comunidade interna do IFNMG. Em seguida,
436 apresentou o fluxograma do processo, e disse que o objetivo era regulamentar a orientação.
437 Falou da criação de uma comissão, e apresentou os possíveis membros. **Em apreciação, o**
438 **item 7 foi aprovado por unanimidade.** Prosseguindo, as servidoras Aline Silvânia Ferreira
439 dos Santos e Soraya Rocha Melo apresentaram o **item 5 da pauta, Processo nº Processo**
440 **nº 23414.002919/2018-17 - Regulamento do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão**
441 **Afro-Brasileiros e Indígenas do IFNMG - NEABI.** A servidora Soraya deu início, explicando
442 que o prazo de revisão do regulamento é a cada dois anos. A servidora Aline ponderou que,
443 devido a uma situação atípica, que foi a retirada do NEABI Central, estavam realizando uma
444 revisão em um prazo menor. Continuaram a apresentação, explanando sobre os ajustes e
445 alterações realizados no regulamento. Aline explicou o motivo da retirada do NEABI Central,
446 dizendo que quase todos os *campi* já possuem NEABI implantado e que o NAE e a DAEC já
447 fazem o acompanhamento e assessoria a eles. Que, anteriormente, a criação do NEABI
448 Central foi pensada para que se pudesse envolver as atividades na Reitoria; porém, no
449 decorrer das ações, perceberam que o NAE já fazia esse papel. Assim, os dois núcleos
450 estavam exercendo a mesma função. Então, em reunião com os representantes do NEABI e
451 membros do NAE e DAEC, estes entenderam que não era mais necessário o papel do NEABI
452 Central, ficando suas atividades incumbidas, oficialmente, ao NAE. Em relação às alterações
453 do art. 7º, a prof.^a Ivy ponderou que ainda estava em discussão o Regulamento de Atividade
454 Docente e sugeriu que, com relação à carga horária do docente, fosse colocada a referência
455 ao regulamento. **Em apreciação, o item 5 da pauta foi aprovado por unanimidade.** Passou-

456 se ao **item 6 da pauta - Processo nº 23414.002594/2018-64 – Regulamento do Núcleo de**
457 **Atendimento às Pessoas Com Necessidades Específicas – NAPNE.** Aline explicou que a
458 revisão do regulamento era necessária por estar dentro do prazo estabelecido, de dois anos.
459 Com Soraya, apresentou os ajustes e alterações realizados. Referente à mudança na redação
460 do art. 1º, Aline justificou que, vinculando-se ao MEC, estão ampliando o leque de atividades a
461 serem desenvolvidas. Que a inclusão dos servidores no texto do art. 2º se justifica pelo fato de
462 que o NAPNE já faz a função de orientar e acompanhar o servidor quando este necessita,
463 porém não constava no regulamento. E que, em todo regulamento, as nomenclaturas de
464 coordenador e vice-coordenador passam a ser presidente e vice-presidente, por ser a
465 nomenclatura utilizada na instituição. Sobre a alteração da redação do art. 6º, inciso X,
466 disseram que foi uma solicitação dos NAPNE dos *campi*, pois não tinham informação de
467 quando esse aluno se matriculava, e as secretarias não se sentiam na obrigação de emitir essa
468 informação para o NAPNE. Por esse motivo, colocaram a exigência no regulamento, para que
469 a secretaria, assim que fizer a matrícula, informe ao Núcleo a entrada do aluno com deficiência,
470 para que o NAPNE já possa tomar as providências. Ivy ponderou que acha interessante inserir,
471 nesse regulamento, assim como foi feito no do NEABI, a carga horária de dedicação dos
472 membros. E que considerava 8 horas uma carga horaria alta para o NEABI. Daniele
473 argumentou que, às vezes, as atividades do NEABI ficam prejudicadas porque o servidor não
474 pode se ausentar um dia de trabalho para desenvolver as ações do Núcleo. Então, Ivy disse
475 que, no *Campus* Januária, quem sempre coordenou o NEABI foi um docente, e que, pelo
476 regulamento atual, são 4 horas, e Núcleo funciona a todo vapor, não faltando a atividades por
477 causa de dedicação de tempo. E que achava que o NAPNE necessitava de uma carga horária
478 maior que a do NEABI. Aline ponderou que a maioria dos *campi* sente a necessidade de uma
479 carga horária maior, o que não é a realidade dos *Campi* Januária e Araçuaí. Simone sugeriu
480 que, no regulamento do NAPNE, constasse uma carga horária mínima. Após ponderações dos
481 membros, a Câmara decidiu voltar ao item 5 da pauta. Processo nº 23414.002919/2018-17 –
482 **Regulamento do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão Afro-Brasileiros e Indígenas**
483 **do IFNMG- NEABI.** Em apreciação, as alterações no art. 7º. Foi aprovado, pela maioria, com
484 uma abstenção, que a composição da carga horária de trabalho permaneceria de 4 horas
485 semanais para presidente, vice-presidente e secretário, e de 2 horas para os demais membros,
486 rejeitando assim a proposição de alteração. Prosseguindo com a apreciação **do item 7 da**
487 **pauta**, a câmara sugeriu acrescentar no texto do regulamento do NAPNE a carga horária
488 mínima de 6 horas semanais para presidente, vice-presidente e secretário, e de 3 horas para
489 os demais membros. **O item foi aprovado por unanimidade.** Às 12:35, foi encerrada a
490 reunião, para intervalo de almoço, retornando às 14:00. Dando sequência, o **item 10 da pauta,**

491 **Processo nº 23833.000744/2018-64 – Alterações no PPC do Curso Técnico em**
492 **Biotecnologia do *Campus* Diamantina.** A servidora Luciana Gusmão de Souza Narciso
493 informou que se tratavam de alterações pontuais, que apenas houve alteração na oferta de
494 duas disciplinas: a disciplina Empreendedorismo, que passa a ser ofertada no 3º módulo e
495 Análises cromatográficas, no 4º módulo. **Em apreciação, o item 10 da pauta foi aprovado**
496 **por unanimidade.** Em continuidade, passou-se para o **item 11 da pauta, Processo nº**
497 **23414.002232/2018-73 – Reestruturação do PPC do Curso Técnico em Eletroeletrônica**
498 **concomitante/subsequente do *Campus* Avançado Porteirinha.** Luciana iniciou a
499 apresentação, falando que se tratava da mesma situação do item anteriormente tratado. Em
500 seguida, apresentou as alterações realizadas, sendo que algumas disciplinas trocaram de
501 módulo, algumas foram excluídas e outras renomeadas, com alteração das ementas. Disse
502 ainda que o departamento emitiu um parecer técnico, mas que também solicitou um parecer do
503 professor Douglas Ângelo Teixeira, engenheiro eletricitista do *Campus* Montes Claros, que fez a
504 análise, sendo favorável às alterações. **Em apreciação, o item 11 da pauta foi aprovado por**
505 **unanimidade.** Prosseguindo, Roberta Cardoso Silva apresentou o **item 12 da pauta,**
506 **Processo nº 23396.004077/2018-95 – Reestruturação do PPC do Curso Bacharelado em**
507 **Engenharia de Alimentos do *Campus* Salinas.** Ela iniciou, falando que as alterações eram
508 bastante pontuais, que o *Campus* havia encaminhado a proposta de reestruturação das
509 ementas de duas disciplinas: Cálculo II e Fenômenos de Transporte I. Disse que a
510 coordenadora do curso, professora Bruna Castro Porto, justificou que, ao analisar a
511 ementa da disciplina Cálculo II, o Núcleo da Matemática observou que esta não estava
512 condizente com a anterior, do Projeto Pedagógico de 2010, que seria a correta. Com
513 relação a Fenômenos de Transporte I, o próprio professor da disciplina verificou o erro e
514 constatou que a ementa correta era a do PPC de 2010. E, como se tratavam de pontos
515 muito específicos, o Departamento de Ensino Superior não emitiu um parecer, por não
516 possuir competência técnica. Então fizeram a solicitação de parecer aos professores
517 Marco Aurélio Meira Fonseca, do *Campus* Salinas, e Emerson Maurício de Almeida Alves,
518 do *Campus* Pirapora. Em seu parecer, o professor Marco Aurélio também percebeu que
519 houve um equívoco, e que a ementa correta seria realmente a de 2010. Informou também
520 que a disciplina de Cálculo I é obrigatória, assim com Cálculo II, Cálculo III e Cálculo IV,
521 demonstrando que há uma sequência e continuidade nos estudos. Fez a análise de todas
522 as disciplinas já citadas e constatou que Cálculo II, da forma como foi posta, estava muito
523 mais ligada à Matemática pura, e teria mais relação com o curso de Matemática,
524 salientando a importância de reestabelecer a ementa correta. Com relação a Fenômenos
525 de Transporte I, Roberta falou que também foi solicitada a mudança da bibliografia básica

526 da disciplina, pois o livro mais atual que deve constar no PPC 2018 é o de Cremasco
527 (2002), Fundamentos de Transferência de Massa. E que, em seu parecer sobre a
528 disciplina Fenômenos de Transporte I, o professor Emerson fez algumas observações e
529 apontou que a nova ementa é mais atual e objetiva; que algumas matérias não
530 contempladas podem ser estudadas na disciplina de Física; que apesar de o estudo da
531 viscosidade não estar presente, não via isso como um problema, emitido, assim, um
532 parecer favorável à solicitação do *Campus* Salinas. André questionou como as mudanças
533 nas ementas iriam influenciar os alunos que já estavam cursando. Roberta disse que, na
534 solicitação encaminhada, o *campus* não informou como ficaria a situação de quem já
535 estava cursando. O prof. Ricardo falou que esse PPC só tinha uma turma em andamento,
536 e que, se fosse em um período mais à frente, não teria influência nenhuma, que essas
537 alterações foram aprovadas em dezembro de 2017. Roberta disse que, ao encaminharem
538 o processo ao *campus*, informando que os pedidos foram deferidos, o Departamento de
539 Ensino Superior poderá, por despacho, adverti-los quanto a esse ponto, para que, caso
540 haja acadêmicos nessa situação, a coordenação tome as providências. **Em apreciação, o**
541 **item 12 da pauta foi aprovado por unanimidade.** Roberta prosseguiu para o **item 13 da**
542 **pauta, Processo no 23392.0001321/2018-06 – Reestruturação do PPC do Curso**
543 **Bacharelado em Administração do *Campus* Arinos.** Roberta disse que as alterações eram
544 voltadas para o Trabalho de Conclusão de Curso. Mencionou os pontos de solicitação de
545 mudanças: página 72 do PPC, delimitando que o artigo científico tenha até 20 páginas; na
546 página 73, a respeito da dispensa do TCC, que o artigo seja classificado com Qualis
547 (CAPES) igual ou superior a B5; na página 98, Regulamento do TCC, no art. 4º, que
548 define que o TCC deverá ser desenvolvido sob orientação de um docente da área afim do
549 curso; no art. 6º, que delimitou que Projeto de Pesquisa será apresentado em 15
550 minutos; no art. 7º, que delimitou que o tempo a defesa do TCC será de 20 minutos e no
551 art. 9º, a inclusão da informação que o orientador e co-orientador não participam na
552 avaliação da apresentação para a banca. Falou ainda que fez algumas observações e
553 solicitou que fosse realizada uma correção na página 73 do PPC, na qual mencionam o
554 Regulamento dos Cursos de Graduação, pois o item que trata do TCC está no Capítulo X
555 e não no XV, como foi posto. Que também solicitou a correção da página 72, que trata do
556 estágio curricular, no qual informavam que tempo máximo para integralização do curso
557 seria de 7 anos, porém, o art. 21 do Regulamento dos Cursos de Graduação prevê que o
558 tempo máximo de permanência do acadêmico para integralização do curso no IFNMG
559 será de 50% (cinquenta por cento), ou 2 anos além da duração estipulada, prevalecendo
560 o tempo maior. E que, como no curso em questão o tempo de duração é de 4 anos, o

561 máximo para integralização seria de 6 anos e não 7. Por fim, disse que as mudanças
562 propostas foram feitas no intuito de complementar e especificar alguns aspectos do TCC,
563 e que alterações podem ser realizadas no âmbito do curso, pois são questões que não
564 comprometem o processo ensino-aprendizagem e não ferem nenhuma normativa vigente.
565 O prof. Yuri ponderou que achava complicado retirar o orientador e o co-orientador dessa
566 avaliação, que, por atuarem na execução do trabalho, acreditava que a participação de ambos
567 era importante. Solicitou que esse ponto fosse submetido à votação. E que também achava
568 complicado limitar a produção intelectual de um TCC a um número finito de páginas. André
569 solicitou esclarecimentos sobre o professor ter de pertencer a área afim. Disse que não havia
570 entendido se o orientador deveria ser professor do curso e áreas afins ou se também poderia
571 ser um professor de um curso correlato. Ricardo e Roberta disseram que entendiam que seria
572 da grande área afim do curso. Mário disse que o texto dava margem a dúvida e sugeriu colocar
573 professor da área de administração e áreas afins. O prof. Ricardo propôs aos membros da
574 Câmara uma reflexão a respeito do motivo de o *campus* chegar a essa proposição. E, até que
575 ponto, a Câmara chegaria para o *campus* e diria que a ideia proposta estava equivocada. Que,
576 no momento em que fossem submeter algumas questões à votação, refletissem até onde a
577 CEPE deveria intervir, ou se retornariam a matéria ao *campus*, apontando as dúvidas. Que a
578 matéria finalizava na CEPE, e Câmara tinha autonomia para decidir. Roberta salientou que as
579 proposições de alteração encaminhadas pelo *campus* eram muito pontuais, que não
580 justificaram o motivo das mudanças. O servidor Ramon reforçou as observações realizadas
581 pelo professor Yuri. Com relação à limitação do número de páginas do TCC, o prof. Vico
582 questionou a falta de justificativa para mudança. Elaine reforçou que a ausência do orientador
583 poderia gerar desconforto para o aluno durante a apresentação do trabalho, e que, se
584 estivesse no lugar do discente, gostaria de ter o orientador durante a avaliação. Falou que
585 considerava um fator limitador impor que orientador fosse alguém da área. O prof. Yuri
586 observou que, no PPC, quando falam do TCC, fazem apontamentos que deveriam constar no
587 Regulamento do TCC, e que o projeto não faz referência ao regulamento. Disse também que
588 não entendia o papel do professor responsável pelo TCC, e questionou os procedimentos
589 de acompanhamento do TCC previstos no art. 4º do regulamento, considerando-os muito
590 burocráticos. A professora Ivy falou que a sua percepção era no intuito de aumentar a
591 qualidade das orientações. O prof. Yuri propôs, como sugestão, que o Regulamento do TCC
592 fosse reavaliado e que as figuras e os papéis fossem definidos com clareza. O prof. Ricardo
593 sugeriu que Yuri elaborasse um parecer sobre o regulamento e o encaminhasse ao *campus*.
594 **Em apreciação, quanto à redação do art. 4º do Regulamento do TCC, houve a seguinte**
595 **votação: foi aprovada a supressão do termo área afim, pela maioria dos membros,**

596 **tendo 4 votos contrários. Em apreciação, o texto da página 72, quanto à limitação do**
597 **artigo científico em até 20 páginas, houve a seguinte votação: foi aprovada a**
598 **supressão do limite de páginas pela maioria dos membros, tendo 2 votos**
599 **contrários. Em apreciação, sobre a redação do art. 9º do Regulamento do TCC, houve**
600 **a seguinte votação: foi aprovado que o orientador participe como avaliador da**
601 **banca, pela maioria dos membros, tendo 5 votos contrários.** Por fim, o presidente
602 solicitou a presença de algum integrante do *campus* na próxima reunião da Câmara, para
603 defesa do projeto, mas que se acatassem as proposições feitas pela CEPE não seria
604 necessário. Não sendo levantado mais nenhum ponto, passou-se ao **item 9 da pauta,**
605 **Processo no 23414.004212/2018-37, que trata do Regulamento do Colegiado das**
606 **Licenciaturas do IFNMG.** Eliane Cristina Gualberto Melo Mineiro contextualizou a criação
607 do colegiado de licenciaturas. Disse que o Núcleo das Licenciaturas estava desenvolvendo
608 ações, com o objetivo de fortalecer os cursos de licenciatura do IFNMG, e que a criação do
609 colegiado se iniciou com o edital de Residência Pedagógica da CAPES, em abril do
610 corrente ano, no qual se previa pontuação para a instituição que possuísse o referido
611 colegiado. Porém, na época, a instituição não tinha esse órgão. O edital também previa
612 que, se houvesse representantes das redes municipal e estadual, aumentaria a
613 pontuação. Por esse motivo, na composição do órgão, estão presentes integrantes das
614 Secretarias Estadual e Municipal de Educação. Que, a princípio, também integram o
615 Colegiado os dois *campi* que ofertam licenciatura, Salinas e Januária. Continuando,
616 apresentou a minuta do regulamento, que tem, como objetivo, normatizar a constituição, as
617 competências e o funcionamento do Colegiado das Licenciaturas no IFNMG; expôs a
618 composição do órgão, as atribuições, o funcionamento e os deveres dos membros
619 representantes e o fórum permanente das licenciaturas do IFNMG. Falou que já estava
620 em discussão a proposição de realização de um evento, seminário ou congresso, volta do
621 para as licenciaturas. Roberto Marques Silva destacou que o órgão contribui para a
622 valorização e fortalecimento dos cursos de licenciatura. André questionou se um único
623 colegiado daria conta de todas as demandas e que considerava pouca a representatividade
624 discente. Eliane explicou que esse colegiado atuaria em parceria com os colegiados de cursos
625 nos *campi*, e que participação de um discente foi pensada numa visão a longo prazo; que hoje
626 apenas dois *campi* ofertam licenciatura, mas que, futuramente, todos poderão ofertar, e seriam
627 11 representantes discentes. O prof. Yuri argumentou que participava da mesma preocupação
628 de André e sugeriu manter uma proporção equilibrada nas representações. Eliane esclareceu
629 que a delimitação na composição do colegiado foi sugestão do COEN. Ramon propôs, em
630 relação ao art. 15, que as atas também fossem encaminhadas pelo SEI. **Em apreciação, o**

631 **item 9 da pauta foi aprovado por unanimidade. Passou-se ao item 4 da pauta, Processo**
632 **nº 23414.003873/2018-45 – Regulamento do Sistema Integrado de Bibliotecas do IFNMG.**
633 Angelica Renata de Castro se apresentou e iniciou a explanação do item, falando que o
634 objetivo era padronizar os serviços oferecidos pelas das bibliotecas do IFNMG, pois atualmente
635 cada biblioteca atuava de acordo com a realidade do *campus*. Até mesmo as compras eram
636 realizadas em cada *campus*. Assim, o objetivo principal do Regulamento de Sistema de
637 Bibliotecas é que pudessem construir, a partir dele, políticas e outros instrumentos, que
638 servissem para auxiliar nessas questões. Disse que a Comissão de Bibliotecas da rede
639 realizou um estudo e levantou que 22 instituições possuíam um sistema já regulamentado e
640 em funcionamento, e que outras 6 ou 7 já estavam em construção. Que, além de ser uma
641 necessidade da instituição, outras instituições também estariam caminhando para essa
642 sistematização. Perguntou se os membros tinham alguma dúvida com relação ao regulamento
643 que foi disponibilizado. Elaine questionou sobre a função do bibliotecário na Reitoria. Angélica
644 respondeu que este dava suporte aos bibliotecários dos *campi*, não apenas com relação ao
645 software Gnuteca, mas também suporte técnico, prestando todo tipo de auxílio aos
646 profissionais do setor, aproximando o *campus* da Reitoria. Que, caso o regulamento fosse
647 aprovado em todas as instâncias, existia a perspectiva de criação de grupos de estudo, que
648 iriam auxiliar na criação das políticas e regulamentos. Falou sobre as ações que estão sendo
649 realizadas junto aos *campi*. Elaine disse que não entendeu por que os auxiliares e assistentes
650 das bibliotecas não participaram do núcleo de estudos, já que são um número maior que o de
651 bibliotecários, e questionou o impacto do regulamento na atuação desses servidores. Angélica
652 falou que solicitou que bibliotecários repassassem as informações aos servidores que atuam
653 no setor. Que, no seu entendimento, em primeira instância, o regulamento não iria impactar na
654 atuação dos mesmos, pois tudo que previa eram questões de planejamento. Que os próximos
655 a serem criados, a partir desse regulamento, poderão impactar, mas que serão discutidos
656 futuramente. Elaine questionou sobre a localização do SIBI, se existia a possibilidade de
657 funcionar em outro local que não fosse a Reitoria. Angélica falou que, não necessariamente, o
658 SIBI deveria funcionar na Reitoria; que optaram por não colocar no regulamento por não terem
659 certeza de como será o cenário futuro, então preferiram deixar “em aberto”. Elaine disse que
660 não conseguia visualizar onde o sistema estará fisicamente. Angélica explicou que estará na
661 Reitoria, com o Núcleo de Bibliotecas, mas que a dinâmica de funcionamento e gestão ficará a
662 critério dos gestores do IFNMG. A prof.^a Ivy relatou algumas dúvidas. Sobre o art. 4º, no qual
663 consta que o SIBI é um centro de informação e referência, entendia como uma atribuição
664 de um grupo de servidores, e não como um setor. Que não entendeu a necessidade de o
665 Comitê de Bibliotecas ter um coordenador. Angélica explicou que seria no sentido de

666 presidir, organizar e coordenar as reuniões. Simone sugeriu a alteração do termo coordenador
667 para presidente. Angélica acatou a sugestão de alteração. O prof. Vico disse que sentiu
668 dificuldades em entender como essa estrutura funcionaria dentro do organograma do IFNMG,
669 questionou se o SIBI e o Comitê de Bibliotecas estariam ligados à Pró-Reitoria de Ensino.
670 Angélica explicou que o Núcleo de Bibliotecas faz parte do SIBI, e está ligado à Pró-Reitoria de
671 Ensino. A prof.^a Ivy ponderou que, na composição do Comitê, não achava necessária a
672 participação de todos os bibliotecários, mas, sim, de um quantitativo de representatividade.
673 Sugeriu a retirada do parágrafo único do art. 15, que diz que, preferencialmente, o
674 coordenador da biblioteca será o bibliotecário, pois o Regulamento da Rede Federal prevê
675 que a nomeação para cargos é uma decisão discricionária do gestor. Angélica falou que o
676 termo “preferencialmente” foi incluído no texto porque existe uma lei federal que dispõe sobre a
677 profissão e fala que a direção e coordenação de bibliotecas deveria ser de responsabilidade de
678 algum profissional formado na área; que entendia que, na nossa rede, a nomeação é de livre
679 escolha dos gestores, mas o termo “preferencialmente” dá margem para o gestor decidir sobre
680 a nomeação, ou não, de um bibliotecário. O prof. Ricardo ponderou que o intuito do texto é
681 reforçar a importância da nomeação do profissional para atuar na coordenação da biblioteca.
682 Angélica argumentou que o regulamento foi criado com base nos regulamentos de outras
683 instituições que já apresentam resultados positivos. A prof.^a Ivy ponderou que considerava que
684 a presidência do SIBI e a do Comitê seriam ações sobrepostas, e sugeriu que fosse uma única
685 função; que, em relação ao art. 11º, inciso III, achava que era uma competência do
686 coordenador de biblioteca do *campus*. Angélica explicou que a ideia era ter uma noção de
687 quanto a instituição tem investido em cada *campus*. Alessandro sugeriu que o texto fosse
688 “manifestar a demanda e acompanhar a execução”. Ivy propôs a redação “acompanhar a
689 previsão e execução orçamentaria”. Angélica acatou a sugestão de Ivy. Após as ponderações,
690 **a câmara colocou em apreciação a redação do art. 8º e houve a seguinte votação: foi**
691 **aprovado que comporão o Comitê, o coordenador/responsável pelo SIBI, o**
692 **coordenador/responsável pelo Núcleo de Bibliotecas da Reitoria, os**
693 **coordenadores/responsáveis pelas bibliotecas dos campi do IFNMG, 2**
694 **bibliotecários e 2 auxiliares/assistentes de bibliotecas, tendo 2 votos contrários e 3**
695 **abstenções. Em apreciação, o texto do parágrafo único do art. 15º obteve a seguinte**
696 **votação: foi aprovada a manutenção da redação, tendo 3 votos contrários e 3**
697 **abstenções. O Regulamento do Sistema Integrado de Bibliotecas do IFNMG foi**
698 **aprovado por unanimidade, considerando as alterações solicitadas pela Câmara. Não**
699 **havendo mais tempo para discussão, o presidente determinou o encerramento do**

700 primeiro dia de reunião às dezoito horas, ficando acordado, pela Câmara, a continuidade
701 no dia seguinte, com início às nove horas.